ATA N.º 4/2013**Data da reunião ordinária: 18-02-2013****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 9:30 horas****Términus da reunião: 11:30 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Paula Maria da Costa Pereira
Henrique da Cunha Pereira
Carlos Manuel Godinho Matias
Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos**Cargo:** Coordenador Técnico**Faltas justificadas:** João Sebastião Coutinho Lima Canaverde**Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 15-02-2013****Operações Orçamentais:** 1.701.544,23**Operações não Orçamentais:** 265.368,03

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Que neste momento está a decorrer uma auditoria externa aos serviços de Urbanismo e Recursos Humanos desta Câmara Municipal, composta por dois inspetores.

b) Já foi rececionado o visto pelo Tribunal de Contas, no processo do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local.

c) Esteve no Entroncamento uma Vereadora do Comité de Geminação da Cidade de Penafiel, na inauguração da exposição de fotografia, que decorre no nosso Concelho, no âmbito da geminação entre os dois municípios. Fez uma visita pelo concelho com a Sr.ª Vice-Presidente com a qual ficou muito agradada.

d) Sobre as Festas da Cidade e tendo em vista a sua realização no Parque do Bonito, houve uma reunião nesta Câmara com a Sr.ª Vice-Presidente e as Associações e Coletividades do Concelho, seguida de uma visita ao Bonito. Foi-lhes pedido, caso o entendam, que apresentem as suas propostas até ao final do mês.

e) Em relação ao projeto Viver o Comércio que decorre nos primeiros sábados de cada mês, vai ser feita uma alteração na atividade de artesanato, substituindo-se esta por outro tipo de animação, em virtude de não ter tido a adesão esperada.

f) Este ano, durante o período das Férias Escolares de Carnaval, foi decidido, com o acordo dos encarregados de educação, juntarem-se num só espaço, as crianças dos Jardins de Infância da Escola António Gedeão e da Zona Verde, poupando-se assim alguns custos.

g) Sobre a reunião que decorreu neste município, com os reformados da C.P., acerca do corte dos passes e para a qual a Sr.ª Vice-Presidente convidou os Srs. Vereadores a estarem presentes, vamos aguardar sobre a necessidade de se tomar alguma decisão.

2 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

a) Perguntou em que âmbito está cá a auditoria, tendo o Exmo. Presidente informado que é uma auditoria normal aos serviços.

b) Seguidamente e no âmbito da reunião que tiveram nesta Câmara com as delegações dos Sindicatos Ferroviários, e na qual foi sugerido por si, “que a Câmara intente uma ação popular precedida de uma providência cautelar”, sobre a retirada de parte dos passes ferroviários aos reformados, propõe, em seu nome pessoal e do Vereador Henrique Cunha, que esta Câmara assuma a defesa judicial, interpondo a competente ação de modo a revogar o art.º 144.º do Orçamento de Estado, que para além de injusta e inconstitucional, viola claramente os direitos adquiridos destes trabalhadores há quase 100 anos.

3 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

a) Referiu estar de acordo com a ação judicial e se lhe for permitido pelos proponentes, subscreve-a.

b) Seguidamente, apresentou a seguinte intervenção escrita:

Neste período antes da ordem de trabalhos, quero registar o meu apreço pela enorme manifestação de indignação que constituiu a concentração de ferroviários no ativo, reformados e familiares, na tarde da última quinta-feira, na estação da CP.

Aí, a enorme “família ferroviária” do nosso concelho protestou de forma massiva e veemente contra o roubo das concessões, uma forma de remuneração indireta com quase cem anos e matéria contratual que tem de ser respeitada.

Pelos motivos que já aqui trouxe por duas vezes, e que por isso me dispenso de repetir, esta expressão de indignação é mais do que justificada.

As concentrações dos ferroviários e familiares que, além do Entroncamento, tiveram lugar em vários pontos do país, dão mais sentido e mais força à Moção de protesto que esta mesma Câmara aprovou por unanimidade, no início de Janeiro último --- o nosso modesto contributo para que seja reparado um grave erro, revertendo decisões erradas e injustas, tomadas no âmbito do Orçamento de Estado aprovado por PSD e CDS-PP.

Na reunião que aqui tivemos com representantes dos trabalhadores, e depois presencialmente, na própria estação da CP, tive ocasião de transmitir-lhes a minha solidariedade.

Nesse mesmo dia, quinta-feira, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda entregou na Assembleia da República um Projeto de Resolução Política. Nesse documento propõe-se que a Assembleia recomende ao Governo o cumprimento dos “direitos resultantes dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho e contratos de trabalho, nomeadamente o direito ao transporte ferroviário de trabalhadores, reformados e familiares.”

Esperemos que, no quadro da Assembleia da República, cada deputado, cada partido e o próprio governo assumam a sua responsabilidade na reparação de tão flagrante injustiça. Uma injustiça de irrelevante consequência financeira no plano nacional, mas de gravosas consequências para a vida de muitos dos nossos concidadãos.

c) Gostaria agora de perguntar se é do conhecimento do Sr. Presidente o calendário concreto para a montagem da passagem de peões prevista para a estação, um compromisso da Refer cujo cumprimento se está a atrasar.

Relativamente a estas questões, o Exmo. Presidente esclareceu:

- Sobre a Passagem de Peões, não sabe o que se está a passar, foi-lhes dito que seria este ano. Vai fazer uma carta para saber da situação.

- Em relação à proposta dos Vereadores Alexandre Zagalo e Henrique Cunha, sobre a retirada dos passes ferroviários aos reformados, referiu, entre outros, ser uma iniciativa individual dos Srs. Vereadores, que para além de não estar devidamente fundamentada, não se revê nela.

No passado, com mortes na Estação, agiram de outra forma, pelo que a sua proposta é agirem do mesmo modo, ou seja, "solicitarem uma audiência aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, e exporem a situação de uma maneira correta, em defesa dos reformados, manifestando a nossa indignação no sentido de serem repostos os direitos que foram adquiridos.

- Retorquiu o Vereador Sr. Alexandre Zagalo dizendo que é legítimo defendermos os nossos munícipes e ao solicitar-se uma audiência aos Grupos Parlamentares não existe nenhum direito processual para nos podermos defender, por isso pensa que sendo a Autarquia a mover a ação é o meio idóneo para defender esta cidade que nasceu do caminho-de-ferro, dado que a medida tomada pelo Governo viola os direitos mais elementares de um estado de direito.

- Também o Vereador Sr. Carlos Matias disse que as propostas apresentadas são complementares e não se excluem e que não se pode perder de vista o que está em causa e todas as ações são bem-vindas contra esta injustiça.

Está de acordo com o pedido de audiência aos Grupos Parlamentares e Secretário de Estado, mas também está de acordo com a proposta, embora não esteja devidamente fundamentada.

- Após demorada discussão sobre este assunto, o Vereador Sr. Alexandre Zagalo referiu que apresentará, devidamente fundamentada, a sua proposta, na próxima reunião.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 04 de fevereiro de 2013, que previamente foi distribuída aos Srs. Vereadores, a qual foi aprovada, por unanimidade, e assinada por todos os presentes.

- Absteve-se o Vereador Sr. Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, por não ter estado presente na mesma.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2500 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ENVIO DE EDITAL – SESSÃO ORDINÁRIA

- Ofício n.º 02/13, datado de 12 de fevereiro, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que vai realizar no próximo dia 25/02/2013, pelas 21:00 horas, na Sala de Sessões desta Câmara Municipal, uma Sessão Ordinária, conforme o edital que anexa, solicitando a comparência do Exmo. Presidente, bem como dos Senhores Vereadores que compõem o Município.

- A Câmara tomou conhecimento.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

19245 - CLAC – IV EDIÇÃO DA PROVA “OS TRILHOS DO ALMOUROL 2013 – DOS TRILHOS TEMPLÁRIOS AOS CAMINHOS FERROVIÁRIOS” – PEDIDO DE APOIO

- E - mail do CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento, remeter uma carta a apresentar a 4.ª edição da prova desportiva denominada “Os Trilhos do Almourol 2013 – dos trilhos templários aos caminhos ferroviários”, a realizar nos dias 6 e 7 de abril de 2013, para a qual, solicitam o envolvimento desta Câmara Municipal, no evento, procurando ajudar a dar solução aos diversos problemas de ordem organizacional e logística que o mesmo apresenta, nomeadamente:

Cedência do pavilhão municipal no dia 06 de abril a partir das 10 horas até às 20 horas do dia 7 de abril, para aí funcionar:

- Secretariado
- Entrega de prémios
- Serviço de massagens
- Feira de material desportivo
- Baby-sitting
- Alimentação
- Utilização de balneários do pavilhão
- Utilização do refeitório do Pavilhão Municipal
- Instalação sonora no local

Solicitam também o seguinte apoio logístico:

- Transporte em autocarro entre o Pavilhão Municipal e a povoação de Aldeia do Mato
- Tendas para montagem de stands no interior
- Envolvimento do Centro de Marcha e Corrida Concelhio
- Oferta de material promocional do concelho
- Valor pecuniário de apoio à organização, dados os elevados custos da mesma (aluguer de transportes, alimentação, seguros, troféus)
- Isenção de taxa de licenciamento.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, não atribuir qualquer subsídio, e isentar o Clube do pagamento das taxas de licenciamento do evento.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2208 – ACADEMIA CULTURAL E RECREATIVA DE DANÇA DO ENTRONCAMENTO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS

- E – mail da Academia Cultural e Recreativa de Dança do Entroncamento, a solicitar a isenção das taxas referentes à emissão das licenças Especial de Ruído e Recinto Improvisado, para a realização de uma matiné dançante no dia 10/02/2013 (domingo de Carnaval), no salão de festas da Coferpor.

- Relativamente a este assunto o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Isentar de acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18/09 e posteriores alterações. Aos Serviços para procedimento. À reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ATAM- ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
2162 – ATAM – ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
– PEDIDO DE APOIO

- Ofício n.º 589, datado de 04 de fevereiro de 2013, da ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local, a comunicar que vai realizar nos próximos dias 4 e 5 de maio, a Assembleia Geral e o Encontro Anual de Delegados, na Cidade do Entroncamento, nomeadamente pela sua centralidade e história ligada aos Caminhos-de-ferro Portugueses, solicitando, se possível os seguintes apoios:

- 1 - Cedência da do Salão Nobre no dia 4, entre as 11.00 horas e as 13:00 horas, para realizar a Assembleia Geral da ATAM, bem como a disponibilização de um computador, videoprojector e tela;
- 2 – Proporcionar uma visita no dia 4 ao Museu Ferroviário, entre as 18.00 horas e as 20:00 horas, para um grupo de cerca de 30/40 pessoas;
- 3 – A oferta de uma refeição económica (jantar) de 30/40 pessoas no dia 4;
- 4 – Proporcionar um pequeno programa cultural ou musical para a noite de 4 de maio;

Mais solicitam a presença do Exmo. Presidente no almoço do dia 4 de maio, pelas 13.00 horas, no Restaurante “Pintas”, que contará também com a presença dos associados da deste Município.»

- Ouvido o Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, prestou, este a seguinte informação:

«Para o solicitado apoio numa refeição sugiro que a Câmara delibere participar com uma verba limite até 400 €, isto é 40 pessoas x 10 €, podendo ser inferior caso o n.º de pessoas também seja inferior. Portanto sugiro o envio à reunião.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, apoiar a refeição com uma verba limite até ao valor de 400€.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALT.ORÇ.DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO

2580 - ALTERAÇÃO N.º 2 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2013

- A Câmara aprovou, por unanimidade, a Alteração n.º 2 ao Orçamento da Receita, Despesa e GOP'S para o Ano Económico de 2013, totalizando 25.460,00€ (vinte cinco mil quatrocentos e sessenta euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente ata.

- De notar que, o valor referido inclui a Alteração n.º 2 às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR).

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NORMAS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS

2322 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS NÃO URBANÍSTICAS – PROJETO DE REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO POR GROSSO – PROJETO DE REGULAMENTO DE ACESSO E EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DIVERSAS

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foram presentes propostas de alteração aos regulamentos que abaixo se indicam, o que tudo aqui se considera como integralmente reproduzido:

- Alteração ao Regulamento da Atividade de Comércio por Grosso do Município do Entroncamento;
- Alteração ao Regulamento de Acesso e Exercício de Atividades Diversas do Município do Entroncamento; e,
- Alteração da Tabela de Taxas e respetiva fundamentação económico-financeira.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar as alterações apresentadas, submetendo-as a inquérito público, conforme o art.º 118.º do C.P.A, e, posteriormente à aprovação da Assembleia Municipal.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONCURSOS PÚBLICOS

9627 – APROV/CP/001/2013/CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE/BAR/ESPLANADA LOCALIZADO NO BONITO – ESCOLHA DE PROCEDIMENTO

- Da Técnica Superior Dr.ª Susana Silva, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à abertura de concurso público para Concessão de Exploração do Restaurante/Bar/Esplanada localizado no Bonito.

A SABER:

«1. Tornando-se necessário proceder à abertura de um Concurso Público para Concessão de Exploração do Restaurante/Bar/Esplanada Localizado no Bonito, submete-se à consideração superior a presente proposta que visa o seguinte:

2. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º, do CCP, propõe-se a adoção de um Concurso Público.

3. Solicita-se assim a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca:

» Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, previsto na al.a) n.º 1 do artigo 74.º CCP.

» Programa de Concurso.

» Caderno de Encargos contendo as clausulas a incluir no contrato a celebrar.

4. De acordo com o n.º 1 do artigo 67.º CCP o procedimento deverá ser conduzido por um Júri constituído por 3 elementos, pelo que se solicita que V. Ex.ª designe os seus membros (3 membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes).

5. Propõe-se ainda, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, a delegação de competência no júri para:

- Prestar esclarecimentos;
- Proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento;
- Pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados;
- Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas e de documentos de habilitação;
- Proceder à audiência prévia por não entrega dos documentos de habilitação.

6. O órgão competente – Câmara Municipal – toma a decisão de contratar no âmbito das suas competências, ao abrigo da alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei

169/99 de 18/09 com as alterações da Lei 5-A/2002 de 22/01 e conjugada com al. b) do n.º 1 do art. 18.º do D.L. 197/99 de 08/06.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar o programa de concurso e caderno de encargos, e abrir o concurso público.

Mais deliberou designar os seguintes elementos, para fazerem parte do júri, delegando no mesmo as competências apresentadas.

Presidente: Dr. Hugo Gonçalves;

1.º Vogal: Dr.ª Susana Silva;

2.º Vogal: Dr.ª Filipa Silvestre;

Suplentes: Sr. Fernando Madureira e Sr.ª Raquel Casimiro.

- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

AJUSTES DIRETOS

2539 – APROV/AJ/BENS/014/AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS – ESCOLHA DE PROCEDIMENTO

- Da Técnica Superior Dr.ª Susana Silva, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à Aquisição de Combustíveis Rodoviários.

A SABER:

«1. Tendo em conta que o contrato para Aquisição de Combustíveis Rodoviários termina a 26/03/2013, tal como consta no contrato que se anexa (anexo1), os serviços sugerem que se proceda a abertura de um novo procedimento ao abrigo do acordo quadro de Combustíveis Rodoviários, celebrado pela central de compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, pelo que se submete à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar.

2. A escolha do procedimento em função dos critérios materiais permite a celebração de contratos de qualquer valor, artigo 23.º do CCP, pelo que propõe-se a adoção do ajuste direto ao abrigo do critério material previsto na al. e) do n.º 1 do artigo 26.º e n.º 1 do artigo 258.º do CCP, em virtude de se poder adotar o ajuste direto independentemente do valor quando se trate de adquirir bens ao abrigo de acordos quadro.

3. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deva exceder os 316.000,00€ + IVA à taxa normal em vigor para 24 meses, a satisfazer pela dotação 0303 02010202 - LOTE 1 (Aquisição de Gasóleo a Granel) e 13.000,00€ + IVA à taxa normal em vigor para 24 meses, a satisfazer pelas rúbricas 0303 02010201 e 0303 02010202 – LOTE 2 (Aquisição de Combustíveis Rodoviários com Cartão Eletrónico de Abastecimento).

O cabimento da despesa a efetuar nesta data, deverá corresponder à despesa estimada para o ano económico em curso, ou seja, 9 duodécimos do preço contratual previsto para o presente ano, cerca de 118.305,00€ + IVA à taxa legal em vigor – LOTE 1 e 13.000,00 + IVA à taxa normal em vigor a satisfazer pelas rúbricas 0303 02010201 (esta rúbrica será reforçada nesta reunião de câmara) e 0303 02010202 – LOTE 2.

O valor restante da despesa deverá ser cabimentado nas mesmas rubricas nos exercícios económicos de 2014 e 2015 respetivamente.

4. De acordo com o n.º 1 do artigo 67.º o procedimento deverá ser conduzido por um Júri constituído por 3 elementos, pelo que se solicita que V. Ex.ª designe os seus membros (3 membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes).

5. Propõe-se ainda, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º do Código dos Contratos Públicos, a delegação de competência no júri para:

- Prestar esclarecimentos;
- Proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento;
- Pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados;
- Prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas e de documentos de habilitação;
- Proceder à audiência prévia por não entrega dos documentos de habilitação.

6. O órgão competente – Câmara Municipal – toma a decisão de contratar no uso de competência própria – al. d) n.º 1 do artigo 64.º da Lei 169/99 de 18/09 e da b) do n.º 1 do artigo 18.º do D.L. 197/99 de 8/6.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de um novo procedimento ao abrigo do acordo quadro de Combustíveis Rodoviários, celebrado pela central de compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, adotando o ajuste direto, ao abrigo do critério material previsto na al. e) do n.º 1 do artigo 26.º e n.º 1 do artigo 258.º do CCP.

- Mais deliberou designar os seguintes elementos, para fazerem parte do júri, delegando no mesmo as competências apresentadas.

Presidente: Dr. Hugo Gonçalves;

1.º Vogal: Dr.ª Susana Silva;

2.º Vogal: Dr.ª Filipa Silvestre;

Suplentes: Sr. Fernando Madureira e Sr.ª Raquel Casimiro.

- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1880 – APROV/AJ/SERVIÇOS/010/2013/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA

- Da Técnica Superior Dr.ª Susana Silva, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, referente à contratação de uma Prestação de Serviços de Auditoria Externa.

A SABER:

«De acordo com artigo 48.º da Lei das Finanças Locais as contas dos municípios que detenham capital em fundações devem ser verificadas por um auditor externo. O Município do Entroncamento possui uma participação no património da Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado, o que o coloca no âmbito do citado artigo.

Desta forma sugere-se que seja adjudicado a Prestação de Serviços de Auditoria Externa à empresa Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado pelo preço contratual de 32.400,00€ + IVA à taxa normal em vigor. Este manter-se-á por um período de 36 meses, contados da data da outorga do contrato.

Nos termos do n.º 2 do artigo 48.º da Lei das Finanças Locais o auditor externo é nomeado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara. Desta forma, em anexo, remeto o processo em epígrafe, com vista a ser presente a reunião de Câmara para aprovação.

Mais informo que após aprovação em reunião de câmara, este processo deve ser remetido à assembleia municipal, de acordo com o artigo citado anteriormente.»

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a presente informação, deliberou, por unanimidade, adjudicar a Prestação de Serviços de Auditoria Externa

à empresa Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, pelo preço contratual de 32.400,00€ + IVA à taxa normal em vigor, por um período de 36 meses.

- Mais deliberou, de acordo com o n.º 2 do artigo 48.º da Lei das Finanças Locais, remeter o processo à aprovação da Assembleia Municipal.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2487 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIAR A COMUNICAÇÃO – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.ª Susana Silva, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, referente à contratação de uma Prestação de Serviços para apoiar a Comunicação.

A SABER:

«Na sequência da informação da Técnica Superior Dr.ª Cristina Feio torna se necessário proceder à contratação de uma **Prestação de Serviços para Apoiar a Comunicação**, sugerindo-se que seja efetuado uma prestação de serviços com Susana Isabel Mestre de Oliveira Abreu por um prazo de 12 meses com possibilidade de renovação.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;

d) Informação da contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º, ambos da lei n.º 66-B/2012, de 31/12, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “ Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o n.º 1 do mesmo artigo e diploma, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela, presente Lei em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de **Prestação de Serviços para Apoiar Comunicação** e para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

a) **Descrição do contrato e seu objeto** - O presente procedimento reveste a forma da prestação de serviços, e tem objeto o supra descrito, tratando-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como refere o chefe de divisão na sua informação.

b) **Declaração de confirmação de cabimento orçamental** - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano de 2013 no valor de 5.000€ na seguinte rubrica 0102010107 conforme anexo 1 (cabimento para 10 meses).

c) **Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato** – De acordo com a informação constante no reg. 2487, torna-se necessário proceder à contratação do serviço durante um prazo de 12 meses, com possibilidade de renovar com valor base mensal de 500€. Desta forma propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

d) **Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum** - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) **Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória** – Tendo em conta que o valor/mensal é de 500€, não haverá lugar à redução prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 alterada pelas leis nos 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro e portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.

Desta forma, solicita-se que o órgão executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 9/2012 de 10 de janeiro, conjugada com o disposto nos artigos 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei 66 B-2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, emitir parecer prévio favorável, nos termos da portaria 9/2012 de 10 de janeiro, conjugada com o disposto nos artigos 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei 66 B-2012 de 31 de dezembro, que aprova o O.E.

- Votou contra o Vereador Sr. Carlos Matias, que fez a seguinte declaração de voto: «Votei contra porque, à semelhança de casos anteriores, me parece excessivamente baixo o montante proposto para a avença.»

- Também os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo e Henrique Cunha declararam o seguinte:

«Não obstante não concordarmos com o valor excessivamente baixo para a avença, votámos favoravelmente.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

2251 – REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM PARQUE JOSÉ PEREIRA CALDAS - AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 4

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 4 do Contrato Inicial, no valor de 23.017,96€ (vinte e três mil e dezassete euros e noventa e seis cêntimos), elaborado em 31 de janeiro de 2013, referente à empreitada da “Requalificação do Jardim Parque José Pereira Caldas”, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

1938 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2.3 DR. RUY D’ANDRADE – AUTO DE MEDIÇÃO N.º 1 (TRABALHOS A MAIS) – AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS (DEFINITIVA) SITUAÇÃO N.º 7 – CONTA FINAL DA EMPREITADA

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Medição de Trabalhos, Situação n.º 1 (Trabalhos a Mais), no valor de 7.875,00€ (sete mil oitocentos e setenta e cinco euros), elaborado em 30 de agosto de 2012, o Auto de Revisão de Preços (definitiva), no valor de 00,00€ (zero euros), elaborado em 22 de janeiro de 2013, e a Conta Final no valor total de 431.279,12€, referentes à empreitada da “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à Firma Alpeso – Construções, SA.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2136 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2.3 DR. RUY D’ANDRADE – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 1

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Medição de Trabalhos, Situação n.º 1 do Contrato Inicial, no valor de 31.895,03€ (trinta e um mil oitocentos e noventa e cinco euros e três cêntimos), elaborado em 31 de janeiro de 2013, referente à empreitada da “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à Firma Alpeso – Construções, SA.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2387 - EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 10

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 10 do Contrato Inicial, no valor de 58.237,35€ (cinquenta e oito mil duzentos e trinta e sete euros e trinta e cinco cêntimos), elaborado em 31 de janeiro de 2013, referente à empreitada da “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades”, adjudicada à Firma Nogueira & Matias, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2585 - REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA N.º 1 E JARDIM DE INFÂNCIA N.º 2 – REDUÇÃO DA GARANTIA BANCÁRIA

- Da Técnica Superior Eng.ª Civil Patrícia Anacleto, da DOM – Divisão de Obras Municipais, foi presente a informação que a seguir se transcreve, sobre a redução da garantia bancária referente à empreitada de “Remodelação e Ampliação da Escola Básica n.º 1 e Jardim de Infância n.º 2”, cedida contratualmente à Firma Mota – Engil, Engenharia e Construção, S.A.

A SABER:

«Venho informar V.Ex.^a que em face da aprovação da Câmara em 20/08/2012 dos trabalhos a menos n.º 1, no valor de 43.496,14€ e em 17/12/2012 os trabalhos a menos n.º 2 no valor 66.166,95€, totalizando 109.663,09€ de trabalhos a menos, por se verificar que estes não eram necessários à execução da empreitada em título, deverá proceder-se à redução da garantia bancária no valor de 10.966,31€, ficando a mesma com o valor de 252.583,07€, correspondente à garantia de todos os trabalhos realizados.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, reduzir a garantia bancária, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

13298 - PROC.º DE OBRAS N.º 43/10 – CANFOL – CONSTRUÇÕES CIVIS DE OURÉM, LDA – CONSTRUÇÃO DE MORADIA – COMUNICAÇÃO PRÉVIA – (CADUCIDADE DO PROCESSO)

- Presente o processo de obras número 43/10, em nome de Canfol – Construções Civis de Ourém, Lda., referente à construção de moradia – comunicação prévia, na rua Duarte Pacheco Pereira – Lote 12 (Urbanização Quinta do Bonito), nesta Cidade, acompanhado da seguinte informação da Chefe de Divisão de Administração Urbanística, Dr.^a Márcia Fanha:

«A *COMUNICAÇÃO PRÉVIA* identificada em título *FOI ACEITE* por despacho datado de 08 de setembro de 2010 e notificado o requerente (*PRÉSTIMO – PRESTÍGIO IMOBILIÁRIO, SA*) através do ofício n.º 3067, de 10 de setembro de 2010, para *PROCEDER À ENTREGA DE RETIFICAÇÕES* e ao *PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS* nos termos do art.º 36.º-A do atual RJUE.

Em 22 de setembro de 2010, veio a Firma Préstimo – Prestígio Imobiliário, SA *PROCEDER À ENTREGA DAS RETIFICAÇÕES* solicitadas no ofício referido no parágrafo anterior, as quais foram aceites.

Posteriormente verificou-se um pedido de *AVERBAMENTO EM NOME DO ATUAL REQUERENTE – CANFOL – CONSTRUÇÕES CIVIS DE OURÉM, L.ª*, em 27 de outubro de 2010, o qual foi deferido.

Foi, o atual requerente – *CANFOL – CONSTRUÇÕES CIVIS DE OURÉM, L.ª*, informado através do Fax n.º 606/DAU/10, de 04 de novembro de 2010, da aceitação das retificações apresentadas pela Firma Préstimo – Prestígio Imobiliário, SA, bem como da aceitação da Comunicação Prévia - ofício n.º 3067, de 10 de setembro de 2010.

Encontrando-se *LARGAMENTE ULTRAPASSADO O PRAZO* referido e, verificando-se a *AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DAS REFERIDAS TAXAS*, confirma-se a *CADUCIDADE DO PROCESSO* em apreço nos termos do art.º 71.º do RJUE.

A *CADUCIDADE É DECLARADA PELA CÂMARA MUNICIPAL*, de acordo com o RJUE, pelo que se propõe:

- Que os Serviços de Fiscalização se pronunciem acerca do eventual início dos trabalhos;

- Após informação da Fiscalização deverá o Executivo apontar a decisão no sentido de caducidade, nos termos do n.º 5 do art.º 71.º do RJUE, devendo o interessado ser convidado a pronunciar-se ao abrigo da Audiência Prévia (por escrito), no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art.º 101.º do CPA, considerando-se o processo definitivamente caducado, caso nada seja dito nesse período.»

- A Câmara, após os Serviços de Fiscalização terem informado que “a construção não teve início”, deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação da

Chefe de Divisão de Administração Urbanística, Dr.^a Márcia Fanha, apontar a sua decisão no sentido da caducidade do processo nos termos do n.º 5 do art.º 71.º do RJUE, pelo que dispõe o interessado de um prazo de 10 dias para, ao abrigo do art.º 101.º do C.P.A., dizer o que se lhe oferecer, em audiência escrita, considerando-se definitivamente caducado, caso nada seja dito nesse período.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2249 - PROC.º DE OBRAS N.º 32/12 – BETÃO LIZ, S. A. – INSTALAÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA CONSUMO PRÓPRIO - ZONA INDUSTRIAL, LOTES I31 E I32

- Presente o processo de obras número 32/12, em nome de Betão Liz, S.A., referente à instalação de um Posto de Abastecimento de Combustíveis para consumo próprio, nos Lotes I31 e I32 – Zona Industrial, nesta cidade, na sequência do parecer favorável emitido pelo ISQ - Instituto de Soldadura e Qualidade.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Técnico Superior Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 07/02/2013.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

- De acordo com o art.º 83 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Exmo. Presidente apresentou os assuntos que a seguir se transcrevem, após a Câmara ter concordado com a sua análise:

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS CIDADE ENTRONCAMENTO

2345 - ESCOLA BÁSICA DA ZONA VERDE – VISITA DE ESTUDO

- E-mail datado de 8 de fevereiro corrente, da Coordenadora da Escola Básica da Zona Verde, a solicitar o apoio desta Câmara para a visita de estudo, que os alunos daquela Escola vão realizar, no próximo dia 12 de março, ao teatro a Lisboa, cujo custo da viagem e entrada no teatro é de 20€, por aluno, sendo 42 crianças do escalão A e 40 do escalão B.

- Sobre este pedido o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Autorizado de acordo com o n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/9 e posteriores alterações. Aos serviços para procedimento. À reunião de Câmara para ratificação.»

- Ouvido ainda o Técnico Superior Dr. Rodrigo Bertelo, informou este, o seguinte:

«São 42 alunos escalão A (o município por cada um atribui 10 euros) e 40 alunos escalão B (o município atribui por cada um 5 euros). 42 x 10 € + 40 x 5 €.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HABITAÇÃO SOCIAL

18470 – HABITAÇÃO SOCIAL – TRANSMISSÃO DE ARRENDAMENTO – RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, BLOCO G, N.º 31 – BRUNA PATRÍCIA TAVARES ANDRADE

- Da Técnica Superior Dr.^a Rita Rafael, da DASES – Divisão de Assuntos Sociais Educação e Saúde, foi presente a informação que a seguir se transcreve, na

sequência da deliberação de 17 de dezembro findo, relativa a um pedido de Bruna Patrícia Tavares Andrade, para transmissão de arrendamento.

A SABER:

«De acordo com a deliberação camarária de 17 de dezembro de 2012 e em resposta aos esclarecimentos solicitados pelo Senhor Vereador Carlos Matias, referente a um pedido de Bruna Patrícia Tavares Andrade, para autorização de transmissão de arrendamento em nome de sua avó Maria da Luz, falecida a 25 de setembro de 2011, informa-se que as técnicas dos Serviços de Apoio Social, Rita Rafael e Laura Maia, efetuaram visita domiciliária à Habitação Social sita na Rua General Humberto Delgado, Bloco G, n.º 31, 1.º Frente, D.to, no dia 03 de agosto de 2010, tendo constatado que a requerente se encontrava a residir na habitação. A mesma justificou a sua permanência nesta habitação, para prestar cuidados à sua avó, a qual se encontrava doente e em situação de dependência.

Contudo e após consulta do processo de Habitação Social, verificou-se que Bruna Andrade não fazia parte do agregado familiar de sua avó Maria da Luz, tendo-se obtido por contacto com a vizinhança informação que a arrendatária também permanecia na habitação da sua filha, dado que carecia de cuidados de saúde, tendo no entanto a Bruna Andrade permanecido na referida habitação, situação que se procura agora regularizar.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, autorizar a transmissão do arrendamento.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.

- E eu, _____, Coordenador Técnico na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.